

AVALIAÇÃO DA PROPOSTA DE INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADE ESPECÍFICAS.

Gean Darllin Duarte Siva Sousa¹; Anny Mykaelly de Sousa²; Amauri Lima Santos³; Diego Silva de Sousa⁴; Regina Célia de Moraes Alves Silva⁵.

¹geancxd2000@gmail.com; ²anny.mykaelly@acad.ifma.edu.br; ³amaurilima1994@gmail.com; ⁴soudiego97@gmail.com; ⁵regina.alves@ifma.edu.br.

¹²³⁴ – Alunos do curso de licenciatura em ciências biológicas pelo Instituto Federal de educação, ciências e tecnologia do Maranhão, campus Caxias;

⁵ – Professora especialista EBTT do IFMA campus Caxias.

Resumo

Durante os Séculos XVII e XVIII a história da Educação Inclusiva, foi marcada por diversas práticas de discriminação em relação a alunos com deficiência. A escola, a família e a sociedade rejeitavam toda e qualquer pessoa que não estava dentro do padrão da normalidade, estipulado por uma sociedade totalmente excludente. Esse fator é observado na educação, aonde o trabalho com identidade, diferença e diversidade é central para a construção de metodologias, materiais e processo de comunicação que dêem conta de atender o que é comum e o que é específico entre os estudantes. Diante disso, a preparação de profissionais para a realização das práticas educativas para alunos com necessidades específicas é um processo que já vem sendo bastante discutido pelos órgãos públicos responsáveis. As políticas públicas veem desenvolvido ações, que tem como propósito atender as necessidades de vários grupos sociais, onde estas exiguidades estão relacionadas a questões de dignidade dos sujeitos. Desta forma, esta pesquisa tem como objetivo avaliar por meio de uma aplicação de questionário a proposta de inclusão de alunos com necessidades educacionais específicas na escola centro de ensino Inácio Passarinho, desenvolvida pelos intérpretes e instrutores da instituição.

Palavras-chave: Educação inclusiva; Educação especial; Necessidades específicas.

1- INTRODUÇÃO

A inclusão é um exemplar que é aplicado aos mais variados espaços físicos e simbólicos, aos grupos de pessoas, nos contextos inclusivos, têm suas características idiossincráticas reconhecidas e valorizadas, participando efetivamente desse processo. Segundo o referido paradigma, identidade, diferença e diversidade representam vantagens sociais que favorecem o surgimento e o estabelecimento de relações de solidariedade e de colaboração. Tais grupos não são passivos quando falamos dos contextos sociais inclusivos, respondendo à sua mudança e agindo sobre ela. Assim, em relação dialética com o objeto sociocultural, transformam-no e são transformados por ele. (CAMARGO, 2017)

Durante os Séculos XVII e XVIII é possível visualizar, na história da Educação Inclusiva, diversas práticas de discriminação em relação a alunos com deficiência. A escola, a família e a sociedade rejeitavam toda e qualquer pessoa que não estava dentro do padrão da normalidade, estipulado por uma sociedade totalmente excludente. Naquela época, todas as pessoas diagnosticadas com deficiência mental eram internadas em manicômios e orfanatos, que os tratavam com doentes e anormais, ou seja, eles eram tidos como loucos pela sociedade, pois na antiguidade as pessoas com deficiência mental, física e sensorial eram apresentadas como aleijadas, mal constituídas, débeis, anormais ou deformadas” (BRASIL, 2001).

Em base do contexto daquela época a sociedade rotulava e tratava de forma discriminatória as pessoas portadoras de necessidades específicas, determinando que essa diferenciação era uma patologia e não uma necessidade diferente deles, dessa forma, ocorria as discriminações nos diferentes espaços e ambientes coletivos.

Na educação, o trabalho com identidade, diferença e diversidade é central para a construção de metodologias, materiais e processo de comunicação que dêem conta de atender o que é comum e o que é específico entre os estudantes. (MANTOAN, 2004, p. 7-8): “há diferenças e há igualdades, e nem tudo deve ser igual nem tudo deve ser diferente, [...] é preciso que tenhamos o direito de ser diferente quando a igualdade nos descaracteriza e o direito de ser iguais quando a diferença nos inferioriza.”

A preparação de profissionais para a realização das práticas educativas para alunos com necessidades específicas é um processo que já vem sendo bastante discutido pelos órgãos públicos responsáveis, porém, com o fato de o processo de inclusão ter se tornado obrigatório

em todas as instituições de ensino, e permitido por lei, é imprescindível que nos apropriemos dessa temática, a fim de proporcionarmos uma educação de qualidade para todos. (OLIVEIRA; ZIESMANN; GUILHERME, 2016)

A população brasileira apresenta baixa escolaridade em relação a comparação com outros países da América Latina, em questão de anos de estudo. Na agenda da política educacional consta a universalização do ensino dos 4 aos 17 anos, a melhoria da qualidade das escolas e a qualificação dos professores podem contribuir para que estes estudantes possam ser incluídos e consigam se desenvolver, (MEC, 2016).

Segundo Azevedo (2010) ele define que as políticas públicas são entendidas com um conjunto de ações, do Estado, que visa os direitos sociais, bem como a orientação nas tomadas de decisões relativas a assuntos públicos. Dessa maneira as ações realizadas pelas políticas públicas têm o propósito de atender as necessidades de vários grupos sociais, onde estas exiguidades estão relacionadas a questões de dignidade dos sujeitos.

Nesta perspectiva buscamos entender o conceito, e percebemos que as políticas públicas partem do princípio de política e administração, onde está é gerida por uma equipe multidisciplinar, que tem o intuito de permitir que todos tenham iguais oportunidades diante dos recursos, garantias de direitos e meios que possibilitem o progresso dos sujeitos na sociedade, (NEGRINI, 2009).

Assim, no contexto dessa Política Nacional, na perspectiva da educação inclusiva, a Educação Especial deve atuar de forma articulada com o ensino comum, passando a integrar a proposta pedagógica da escola regular, com vistas a promover o atendimento às necessidades educacionais especiais dos estudantes, (GARRIDO, 2015).

De acordo com a LDB 9394/96, apresenta em seus princípios e fins que segundo o Art. 3º o ensino será ministrado com base nos princípios de: I – Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III – Pluralismo de ideias e de condições pedagógicas; IV – respeito á liberdade e apreço a tolerância; Dentro desta prisma, para que o ensino seja segundo a legislação amplo para todos os educandos é fundamental que as ações das políticas públicas mantenham articulações e medidas cujos os objetivos visem a inclusão de todos os sujeitos no sistema educacional, (LDB, artigo 58).

Não podemos deixar de mencionar a Lei de Diretrizes e Bases (LDB 9394/96), expõem que a inclusão escolar como princípio e a educação especial como modalidade de ensino, que perpassa toda a educação básica, dando ênfase à inclusão educacional e ao atendimento educacional especializado a ser oferecido, preferencialmente, na rede regular de ensino (LDB, artigo 58).

Contribuindo, para o embasamento desse estudo é fundamental abordar a questão sobre a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, onde a Educação Especial é uma modalidade de ensino transversal ao ensino regular, que perpassa desde a educação infantil ao ensino médio bem como o ensino superior, (BRASIL, 2008).

A partir de artigos inseridos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, aonde são destacados nos artigos 58, 59 e 60, que são determinados o atendimento diferenciado aos alunos da educação especial, esclarecendo sua disponibilidade a estes, tem o objetivo de não substituir o ensino regular, mas apresenta o intuito de remover barreiras que estejam impedindo sua participação mais efetiva. Dessa forma, o Atendimento educacional especializado se faz mais disponível como forma de recursos educacionais de apoio a estes alunos, garantindo alternativas diferenciadas de atendimento, levando em consideração suas necessidades peculiares.

A presente pesquisa tem como objetivo avaliar por meio de uma aplicação de questionário a proposta de inclusão de alunos com necessidades educacionais específicas na escola centro de ensino Inácio Passarinho, desenvolvida pelos intérpretes e instrutores da instituição.

2- METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada no centro de ensino Inácio Passarinho no dia 2 de abril de 2018 e desenvolvida pelos acadêmicos do 6 Período do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do Instituto Federal do Maranhão campus Caxias.

A presente pesquisa foi desenvolvida durante a disciplina de educação inclusiva sob a supervisão da professora Regina Celia, na qual a pesquisa baseava-se em uma entrevista com as instrutoras e intérpretes de libras e de braille da escola Inácio Passarinho, aonde essa entrevista foi realizada através da aplicação de um questionário subjetivo e onde foi possível a realização de discussão e diálogo com esses profissionais.

Na ocasião foram entrevistadas duas instrutoras, Dorinha, instrutora de braille e a Sara instrutora de libras que atuam na escola Inácio passarinho desenvolvendo trabalhos com alunos com necessidades específicas atendendo-os em horários diferentes do turno aos quais as alunas estudavam e auxiliavam durante algumas disciplinas que as mesmas estudavam em sala.

O questionário que foi elaborado e aplicado aos instrutores continha 8 perguntas destacando questões relacionadas ao papel do profissional intérprete no processo de inclusão diante de alunos com necessidades específicas na escola Centro de ensino Inácio Passarinho. O questionário abordava as seguintes questões:

1. A escola apresenta sala de atendimento para alunos especiais?
2. Em sala de aula o intérprete tem espaço para atuar?
3. Em sua opinião a presença de uma sala para atendimento especial é uma forma de exclusão?
4. Pelo fato de estarem em sala de aula com os demais alunos, você acredita que o processo de inclusão a partir dessa integração ocorre ou não ocorre?
5. Quais os parâmetros ou metodologias utilizadas no processo de inclusão?
6. Em sua opinião é mais interessante que os alunos com necessidades especiais estejam em sala de atendimento especial ou em sala de aula?
7. Quais as dificuldades mais frequentes apresentadas pelos professores em relação aos alunos com necessidades especiais?
8. Quais são as propostas que a instituição apresenta com relação ao trabalho dos intérpretes e o processo de inclusão?

Durante a entrevista a instrutora Dorinha fala sobre as dificuldades de lidar com alunos com necessidades, e os desafios que ela enfrenta em relação aos alunos com necessidades especiais, abordando a questão de convivência aonde ela fala que as pessoas ditas normais preferem isolar as pessoas que tem necessidade do que conviver com elas. Durante a entrevista presenciamos o relato de Natália, uma menina de 17 anos, estudante do Inácio Passarinho e possui problema de baixa visão, aonde a menina relata sobre suas dificuldades em se socializar com os colegas de turma, sobre o isolamento e sobre sentir excluída.

3- RESULTADOS E DISCUSSÃO

A entrevista com as instrutoras da escola Centro ensino Inácio passarinho, se converteram em opiniões importantes sobre a inclusão na escola. Os questionamentos dessa pesquisa foram apresentados em sala de aula para os demais alunos. Em relação a primeira pergunta que destaca se a escola apresenta sala de atendimento para alunos especiais? É destacado pelas instrutoras que a escola apresenta uma sala de atendimento especial aonde os alunos são atendidos no contra turno escolar, servindo de apoio e suporte para o aluno com necessidades especiais.

A segunda pergunta indaga sobre o espaço de atuação do interprete na sala de aula, as duas instrutoras afirmam que sim, há espaço para o instrutor atuar com seus alunos. A terceira questão, aborda se a sala de atendimento especial e uma forma de exclusão? as instrutoras afirmam que não, porque a sala de atendimento especial é utilizada no contra turno do aluno e é importante como um apoio para o aluno e não como forma de substituição da sala regular.

Em relação a questão quatro, que indaga se ocorre ou não o processo de inclusão a partir da interação de alunos especiais com alunos ditos normais, as instrutoras afirmam que ocorre e é importante ter essa interação entre os alunos. Na quinta questão, são destacados quais os parâmetros ou metodologias utilizadas no processo de inclusão? São destacados pelas instrutoras, as adaptações de conteúdo, aonde o contexto do conteúdo deve ser o mesmo após adaptação se adequando ao nível do aluno.

Na sexta questão é destacado se é mais interessante que os alunos com necessidades especiais estejam em sala de atendimento especial ou em sala de aula? É afirmado que são os dois aonde é trabalhado em parceria com a sala de atendimento servindo de complemento para o aprendizado.

Em relação a sétima pergunta, que indagava, quais as dificuldades mais frequentes apresentadas pelos professores em relação aos alunos com necessidades especiais? É afirmado pela as instrutoras que a dificuldade mais frequente é de alguns professores não conhecerem a língua de sinais, e assim os alunos com necessidades não apresentam um contato direto como professores e se por ventura os alunos não tenham a presença de um interprete ou um instrutor para o acompanhamento, a comunicação não acontece.

Na oitava e última questão as instrutoras falam das propostas que a instituição apresenta para o desenvolvimento e aprendizagem dos alunos com necessidades especificas. São destacados projetos com surdos, denominado 1º D no qual são realizados cursos através do

WhatsApp, aonde são enviados vídeos, atividades, no propósito de tornar a aprendizagem e a interação mais facilitada já que o acompanhamento com esses alunos não se torna diário, além de cursos de libras que também são ofertados.

4- CONCLUSÃO

Em relação com os aspectos apresentados após a pesquisa na escola centro de ensino Inácio Passarinho podemos enfatizar de maneira geral que há desenvolvimento em relação a inclusão, porem sempre vindos de desafios existentes a se cumprir e a se desenvolver na educação para alunos com necessidades.

Podemos destacar várias necessidades na educação inclusiva como a disponibilidade de acesso de professores ao conhecimento das libras, aonde essas dificuldades podem ter vindo das lacunas da formação profissional, no qual persistiu e refletiu na sua atuação docente, além da disponibilidade de tempo de acompanhamento ao aluno, muitas vezes também a falta de socialização, isolamento do aluno, questões que mostram que ainda há inúmeros desafios em relação a inclusão.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, J. M. L. **Reflexões sobre políticas públicas e o PNE**. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 4, n. 6, p. 27-35, 2010.

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica**. MEC SEESP, 2001.

BRASIL, **Decreto nº 6.571**. que dispões sobre o atendimento educacional especializado. Sem, 2010.

CAMARGO, E. P. **Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlaces e desenlaces** *Ciênc. Educ.*, Bauru, v. 23, n. 1, p. 1-6, 2017.

GARRIDO, S.G. **UM PANORAMA SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL – UMA POLÍTICA DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL OU UMA MERA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS?** UFSC – Florianópolis, 2015.

MANTOAN, M. T. É. **Inclusão escolar**: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MEC. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. MEC/SEESP, Brasília, 2008.
Disponível em: http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.pdf
Acesso em: 30/10/2016

NEGRINE, T. **Políticas Públicas e altas habilidades/superdotação**. IX Congresso Nacional de Educação, Santa Maria, Rio Grande do Sul, out. 2009.

LEI Nº 9394/96 – LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL 1996.
Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn2.pdf. Acesso em: 08 set. 2018.

OLIVEIRA, J. B.; ZIESMANN, C. I.; GUILHERME, A. A. **Educação inclusiva: (re)pensando a formação de professores**, 2016.